

Taxas e impostos

# Junji Abe luta pela redução de tarifas de energia elétrica

O deputado federal Junji Abe (PSD-SP) passará a integrar a Comissão Mista, a ser instalada no Congresso Nacional, para analisar a MP 579/2012, medida provisória editada pelo Palácio do Planalto, com o objetivo de tratar do conjunto de ações que reduz, em cerca de 20%, o custo da energia elétrica consumida no País a partir de 2013. O colegiado de deputados e senadores deverá ser oficialmente constituído até a segunda quinzena deste mês. A data prevista é o próximo dia 16 de outubro.

Presidida pelo deputado César Halum (PSD-TO), a frente lançou, em outubro do ano passado, uma cruzada nacional pela redução das tarifas de eletricidade no País. Segundo Junji, as medidas anunciadas no mês passado pela presidente Dilma Rousseff (PT) para baixar os preços da energia

elétrica confirmam a legitimidade do movimento.

A indicação de Junji para compor a comissão mista partiu da liderança do PSD na Câmara Federal. A presidência do grupo deverá ficar com o líder do PT, deputado Jilmar Tatto (SP), nome ainda não oficializado. As emendas apresentadas pelos parlamentares serão analisadas por um relator ainda não indicado. Já está definido que será um senador.

A MP 579/2012 permite a renovação antecipada, por até 30 anos, de contratos de concessão nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, e diminui o peso de encargos setoriais embutidos no preço final das tarifas, como a RGR - Reserva Global de Reversão, que será extinta. Em relação às termelétricas, a prorrogação das concessões terá um prazo menor: até 20 anos.

A MP altera o marco regulatório do setor elétrico brasileiro (Lei 10.848/2004) e autoriza a União a adquirir créditos que a Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. detém com a Itaipu Binacional, como forma de compensar eventuais perdas na arrecadação. Com foco na desoneração do setor produtivo, o governo estima que as medidas representem redução de 19% a 28% no valor da tarifa paga por grandes empresas. No caso dos consumidores domésticos, o corte poderá chegar a 16,2%.

## Revisão tarifária

Segundo o deputado federal Junji Abe, a medida provisória (MP 579/2012) está calcada no conceito de aproveitar a renovação antecipada dos contratos de concessão, que vencem entre 2015 e 2017, para fazer a revisão do modelo tarifário praticado no País.



Divulgação

Um dos objetivos é deixar de repassar ao consumidor final o custo de investimentos em ativos (usinas e demais instalações) realizados pelas concessionárias e já amortizados durante a vigência dos contratos.

Junji disse que é fundamental eliminar o valor que o brasileiro está pagando às geradoras de energia elétrica para restituir os investimentos feitos na construção das usinas.

O modelo atual prevê que uma usina é remunerada pelo investimento de sua construção, que é amortizado em 20 ou 30 anos, e faz parte da composição do preço da energia ali produzida. Assim, hoje o valor cobrado dos consumidores traz embutida parte da indenização paga à conces-

sionária pelo investimento feito em bens reversíveis, independentemente de o valor ter sido ou não amortizado ao longo dos anos.

Os parlamentares estão preocupados com as condicionantes de novas reduções tarifárias associadas às renovações. As concessionárias terão a opção de aceitar ou não as bases do acordo. Aquelas que recusarem, deverão abrir mão das concessões para que o governo faça leilão.

Entre as condições para renovação, que podem ser revistas pelos deputados e senadores, estão a tarifa que geradoras e transmissoras poderão cobrar, a indenização que receberão do governo para os bens não amortizados e os novos padrões de qualidade a ser seguidos.

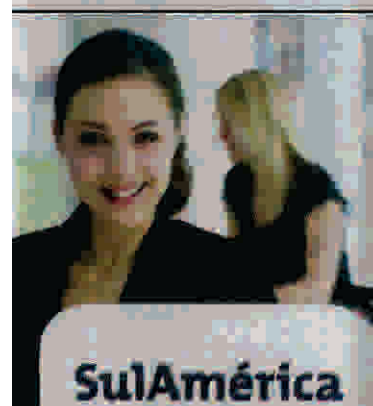
O decreto de regulamentação estabeleceu que, até 1º de novembro, o Ministério de Minas e Energia divulgará o valor das tarifas que elas poderão cobrar. Segundo o governo, a MP atinge 25% do parque gerador do País e 85 mil quilômetros de linhas de transmissão.

O acordo proposto pelo

governo às atuais concessionárias de usinas hidrelétricas será monitorado criteriosamente, como garantiu Junji. Pela negociação, elas aceitariam baixar a tarifa em troca da renovação das concessões no próximo ano para que os efeitos da redução do preço sejam repassados aos consumidores em 2013.

Os congressistas estão preocupados com os prazos estipulados pelo governo. De acordo com a MP, as empresas têm até o dia 15 de outubro para dizer se desejam continuar com suas concessões por mais 20 a 30 anos, dependendo do caso.

Os altos preços da energia elétrica sobre os setores produtivos têm "efeitos catastróficos" para a sociedade brasileira, como frisou Junji. "O brasileiro é penalizado múltiplas vezes. Paga caro pela sua conta de luz, arca com o peso extra de todos os bens e serviços que consome e ainda amarga os reflexos do desemprego e da recessão econômica causados pela perda de competitividade das empresas nacionais no mercado externo", descreveu.



SulAmérica